

DEMOCRACIA NAS ESCOLAS

Lucia Carvalho

As manifestações que estão acontecendo em protesto contra as reformas implantadas pela Secretaria de Educação, como a da última terça, que reuniu milhares de alunos em frente à nova sede do GDF, são justas, legítimas, oportunas, necessárias e devem ser encaradas pela sociedade e pelo governo com todo respeito. Afinal, as mudanças foram impostas sem um mínimo de discussão, em total desrespeito à comunidade escolar que se vê mais uma vez alijada do debate e fora de decisões importantes para a qualidade do ensino público no DF. A comunidade comunitária escolar, que envolve mais de um milhão de pessoas (pais, alu-

nos, professores e auxiliares, não foi consultada sobre as alterações da carga horária de português, matemática, química, física, biologia, história e geografia, nem sobre a inclusão de sociologia, filosofia e religião na nova grade curricular e da educação física no mesmo turno das aulas.

Nossa comunidade exige explicações sobre esta forma abrupta e anti-democrática que vem sendo adotada pela Secretaria de Educação e que já se tornou uma marca desse governo. As consequências das mudanças da grade curricular podem representar sérios prejuízos para a formação de nossos alunos, principalmente os do ensino médio, que vão perder espaço

para os da rede particular na hora do vestibular, dos concursos, do PAS e outros. Além disso, os professores, parcela fundamental na implantação de qualquer política educacional, sequer têm conhecimento de como funcionará a nova grade. Nenhum processo de discussão, formação, capacitação ou comprometimento dos professores aconteceu até o momento. Decisões de cima para baixo, como as que vêm sendo adotadas por Roriz/Eurides Brito só trazem problemas e prejuízos para a educação.

O GDF tenta se escudar na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esquecendo-se de que a Lei pre-

coniza a participação da comunidade escolar nas discussões e encaminhamentos de sua realidade. Com certeza, a LDB prevê diretrizes gerais para a reforma curricular, permitindo que cada unidade da federação implemente sua reforma levando em conta suas particularidades.

Não somos contra reformas, porém, não aceitaremos que as mesmas sejam realizadas dentro de gabinetes e empurradas goela a baixo. A comunidade escolar deve ser dada a oportunidade de opinar e decidir sobre o que acontecerá em sua vida escolar. É essa a atitude que a população espera do governo: um debate claro sobre o que é

melhor para o nosso ensino.

Nós, os deputados distritais, apoiamos as manifestações dos estudantes e iniciamos debates com o objetivo de sensibilizar o governo para que ele volte atrás. É bom lembrar ainda que a LDB vale também para as escolas particulares. Se estas mudanças são boas para o ensino público, como diz a Secretaria de Educação, porque o governo não obriga as escolas particulares a adotarem tais mudanças? Assim, os alunos das duas redes terão as mesmas oportunidades, problemas e acertos.

■ Lucia Carvalho é deputada distrital (PT-DF)